Ata da 61ª Reunião Ordinária do 1º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos seis dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se na Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann e secretariada pelo Vereador Luiz Neri Pereira, primeiro-secretário. Havendo quorum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul foi aberta a sessão. **ATA:** Discutida e aprovada por unanimidade a ata da 60ª reunião ordinária **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam da pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, a senhora presidente encaminhou para as comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo n° 138, 139 e 140 de 2021; O Projeto de Lei do Legislativo n° 38 de 2021; Projeto de Resolução nº 11 de 2021; Bem como a Moção n° 20 de 2021. A senhora presidente colocou em discussão única a Moção nº 17 de 2021 – Autora: Carla Odete Hofmann – Moção de Aplausos para o Conselho Regional de Fonoaudiologia da 3ª Região em comemoração aos 40 anos da fonoaudiologia. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Ponderou que a referida moção é para homenagear o Conselho Regional de Fonoaudiologia. Frisou que esses profissionais precisam desse reconhecimento. Citou essa profissão é essencial. Para finalizar pediu a todos pela aprovação. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação a Moção nº 17 de 2021, e a mesma sendo aprovada por unanimidade. A senhora presidente colocou em discussão única a Moção nº 18 de 2021 – Autores: Patrick Vicente e Terezinha Maria Dybas – Moção de Apelo ao Governo do Estado de Santa Catarina e a Secretaria Estadual de Segurança Pública para que promovam a nomeação de candidatos remanescentes, aprovados para as vagas de praças e oficiais do último concurso da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que a moção é para que o Estado de Santa Catarina faça a nomeação dos candidatos remanescentes, para que venham incrementar o efetivo do município. Frisou que São Bento do Sul cresceu muito e está com falta de policiais. Garantiu que apesar disso o município ainda é seguro, mas é necessário ser feito essas novas contratações. Para finalizar pediu o apoio de todos. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Ponderou que na tarde do dia 06/12 recebeu em seu gabinete o presidente do CONSEG, e fez exatamente o pedido para que os vereadores apoiassem a referida moção. Enfatizou que precisa ser pensado nessa situação, pois o município tem crescido. Com a palavra o vereador Luiz Neri Pereira. Expôs que são 500 formados, mas se dividir entre os municípios de santa catarina dá em média 2 policiais por município, enfatizou que é um número muito pequeno, “Precisamos de um maior número de policiais”. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação a Moção nº 18 de 2021, e a mesma sendo aprovada por unanimidade. A senhora presidente colocou em discussão única a Moção nº 19 de 2021 – Autora: Carla Odete Hofmann – Moção de Aplausos em homenagem ao Padre Mario Tito Angioletti e a sua vida religiosa que desde 2016 vem inspirando e acolhendo os fiéis da Paróquia Puríssimo Coração de Maria de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Ponderou que a referida

moção é para a homenagear o senhor Padre Tito Angioletti, que está a frente da paróquia desde 2016, e agora foi transferido para a cidade de Joinville. Falou brevemente sobre a trajetória do mesmo. Para finalizar a sua fala, pediu a todos pela aprovação e convidou a todos para subscrever a referida moção. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Voltolini. Subscreveu a moção. Disse ser conhecedora de toda a bela trajetória do Padre Tito. Expôs que o mesmo sempre motivou muito os fiéis, assim marcando história. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Subscreveu a moção. Relembrou que fez alguns trabalhos com o padre Tito, enfatizou que o mesmo sempre tomou frente dos trabalhos, sendo um grande incentivador. Subscreveram a moção os vereadores Darlan André Guliani, Angelo Ronei Peschiski, Adriano Reinhardt, Paulo Zwiefka, Luiz Neri Pereira e o vereador Luiz Pesenti. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação a Moção nº 19 de 2021, e a mesma sendo aprovada por unanimidade. A senhora presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 32 de 2021 – Autores: Adriano Reinhardt, Mauricio Maia e Zuleica Maria Sousa Voltolini – Solicitando a convocação da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Carmen Regina Binotto, a fim de explanar sobre o trabalho que vem sendo desempenhado frente a Secretaria. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o regimento interno, quando fala em relação a convocação de secretários, para vir até a câmara de vereadores lá no Art 350, diz que os secretários municipais ou autoridade poderão ser convocados para prestar informações que lhes forem solicitadas, e no requerimento deve-se estar explicitamente o motivo da convocação do secretário. Garantiu que no requerimento apresentado está dizendo “Os vereadores que esta subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais vem apresentar esse requerimento para que seja encaminhada a Secretaria Municipal de Saúde, para a senhora Carmen Regina Binotto, convocando-a para se fazer presente na sessão ordinária da Câmara Municipal dos vereadores de São Bento do Sul a fim de explanar sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido em frente à Secretaria Municipal de Saúde”. Frisou que não está específico, e o requerimento está falando de uma forma geral da Secretaria de Saúde. Enfatizou que essa é uma casa de leis, e deve ser seguido o regimento interno. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Ponderou que foi realizado dois pedidos na questão da saúde, e os dois foram indeferidos. Deixou o seu questionamento, “Porque não nos orientar no dia do protocolo? Porque deixar no dia da sessão ocorrer o indeferimento?” Expôs que a explanação da secretaria é para os munícipes, para o povo são bentense. Com a palavra a líder de governo. Relembrou que semana passada, teve uma conversa com assessor jurídico da Câmera, e o mesmo frisou que esse ano foi um ano atípico com a pandemia. Enfatizou que no início de cada legislatura é diferente. E o Dr. Vanderlei disse que era comum sempre fazer uma reunião com todos os assessores para explicar, como fazer os documentos da forma como cumprir o regimento interno, porém esse ano não foi feito. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Voltolini. Disse que no primeiro requerimento, foi equivocadamente colocado um convite e deve ser convocação. Deixou o seu questionamento, “Porque as pessoas que avaliam tudo isso, dentro dessa casa de leis não avisaram que estava errado? Expôs que a vinda da secretaria de saúde nessa casa de leis, para explanação dos seus trabalhos é de interesse de todos. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Se colocou contrária a vinda da secretária de saúde. Reiterou que trimestralmente a secretaria é

obrigada a fazer uma apresentação de audiência pública. Disse que essa prestação de contas está gravada e à disposição no site da casa. Garantiu que a saúde tem diversos problemas um deles é que no início desse mês novamente se formaram filas nos postos de saúde. Demostrou a sua indignação ”As 3 horas, uma pessoa ir até o posto de saúde esperar uma consulta”. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido requerimento. Votaram pela rejeição do requerimento nº 32 de 2021, os vereadores. Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Darlan André Guliani, Angelo Ronei Peschiski, Luiz Neri, e a vereadora Terezinha Maria Dybas. Votaram pela aprovação do requerimento nº 32 de 2021, os vereadores. Paulo Zwiefka, Adriano Reinhardt, e a vereadora Zuleica Maria Voltolini. A senhora presidente informou que está rejeitado o requerimento nº 32 de 2021. A senhora presidente colocou em discussão única o Requerimento de Informação nº 14 de 2021 – Autores: Paulo Zwiefka e Adriano Reinhardt – Ao Executivo Municipal, com cópia ao IPRESBS e a Secretaria Municipal de Administração requerendo informações sobre o Projeto de Lei nº 129/2021. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o requerimento de informação está se dirigindo ao IPRESBS e a Secretaria Municipal de Administração, e o IPRESBS se equivale a uma secretaria. Frisou que no Art 217 dispõe que o requerimento de informação não poderá conter pedidos referentes a mais de uma secretaria. Citou que também fez um errado um requerimento de informação lá no mês de Julho e passou aqui pela Câmera de Vereadores. Deixou registrado que fez errado, e reconhece que errou. Disse que não deveria ter passado naquela oportunidade o referido requerimento, assim como não deve ser passado agora. Sendo assim pediu aos vereadores para que rejeitem esse pedido de informação. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Citou que o IPRESBS é uma autarquia e não uma secretaria. Disse que no regimento diz que não pode ser feito pedido de requerimento de informação para duas secretarias. Acredita que o requerimento não está errado, por se tratar de uma autarquia. A senhora presidente colocou em votação o Requerimento de Informação nº 14 de 2021. Sendo pela aprovação os vereadores, Adriano Reinhardt, Paulo Zwiefka, e a vereador Zuleica Maria Voltolini. Sendo pela rejeição os vereadores, Hélio Alves, Luiz Lindacir Pesenti, Darlan André Guliani, Luiz Neri Pereira, Angelo Ronei Peschiski, e a vereadora Terezinha Maria Dybas. a senhora presidente informou que o Requerimento de Informação nº 14 de 2021, foi rejeitado. A senhora presidente colocou em segunda discussão Projeto de Lei Executivo nº 127 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do município. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o projeto trata-se da autorização de abertura de crédito adicional especial, no valor de trezentos mil reais. Frisou que é uma adequação de valores dentro da pasta da Secretaria de Saúde. Para finalizar pediu a todos pela aprovação. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido projeto e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 129 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Altera a Lei nº 2966, de 29 de fevereiro de 2012, que Dispõe sobre o Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o projeto Altera a Lei nº 2966, de 29 de fevereiro de 2012, que Dispõe sobre o Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais. Fez uma colhida as servidoras que

vistaram a casa, e citou que as mesmas não merecem passar por isso, relembrou que todas terão o seu direito garantido, até o dia que vierem a se aposentar todos os direitos vão ser respeitados. Reiterou que essas servidoras têm se desdobrado para realização dos serviços, fazendo horas extras para dar conta de tudo. Disse que o que está sendo discutido é a extinção dos cargos para as próximas contratações, frisou que o salário é muito baixo, e a intenção é que seja contratada uma empresa terceirizada, e a mesma ficará responsável por todos os trabalhos. Relatou a dificuldade de contratação de cargos de serviços e auxiliar de serviços gerais. Enfatizou que hoje o município tem uma defasagem de 66 pessoas dos referidos cargos. Relatou que terceirizando o serviço, quando um funcionário fica doente a empresa tem um funcionário volante para substituir, assim as pessoas não ficam sobrecarregadas, como está acontecendo hoje com as servidoras. Falou para as servidoras que terceirizando os serviços, as condições de serviço para as mesmas melhorarão. Falou em relação ao IPRESB, disse que o impacto é de 0,003%, é um pequeno impacto, não podemos culpar a classe e dizer que essas pessoas não terão direito a aposentadoria. Informou que os vereadores ouviram o sindicato e a preocupação é em relação ao IPRESBS, mas o mesmo tem que encontrar formas de se manter e não pode ficar dependente da prefeitura. Ponderou que a vereadora Zuleica participou e se emocionou em uma reunião com as diretoras das escolas, as vereadoras entenderam naquele momento a preocupação pela falta de profissionais e a necessidade da terceirização. Fez o uso da palavra o vereador Paulo Zwiefka. Falou para a vereadora Terezinha “Esse pessoal que tá aqui não está desinformado, tenho certeza que eles sabem que eles não vão perder o cargo”. Citou que o trabalho dessa classe não está sendo valorizado, a empresa terceirizada que vai entrar trabalhar, os empregados vão ganhar mais que os servidores de carreira, “Se ele já estava desmotivado para trabalhar, agora como os servidores que entraram ganhando mais que eles, que motivação terão para fazer um trabalho bem-feito”? Disse que se falou muito na sessão solene sobre igualdade, porém com esse projeto está sendo plantado a desigualdade. Deixou o seu apelo ao sindicato para que reveja algo para a incentivação dessa classe tão trabalhadora que se esforça. Expôs seu medo, de que algumas empresas não se empenhem e deixem o município sem ninguém para trabalhar. Disse que o que lhe chamou atenção foi um cartaz que uma servidora apresentou que dizia “Só servidores de serviço gerais são faltante, ou todos os servidores públicos”. Afirmou que sempre tem aquele que tá faltando, se for assim vai ter que terceirizar tudo. Com a palavra o vereador Hélio Alves. Disse que as servidoras sofreram muita pressão por causa desse projeto. Expôs que está do lado das servidoras. Deixou o seu questionamento ao sindicato, por que em tantos anos, não lutaram para melhorar o salário dessa classe? Disse que as escolas não vão ficar abandonado, pois cobrará. Relatou que sairão comentários que o vereador votaria a favor da terceirização, pois tinha um acerto com o governo, disse que não precisa fazer acertos, e que o seu voto é consente. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Iniciou a sua fala parabenizando os servidores público. Falou ao executivo, por que tanta preocupação em terceirizar? Por que não mediram todos os esforços e não se concentraram na valorização desses auxiliares de serviços gerais? Expôs que os vereadores acompanharam uma apresentação deita pelo IPRESBS, onde foi apresentado um impacto de 0,003%, disse ser um número baixo, mas, mesmo assim, é um impacto negativo. Frisou que o

executivo deve pensar em novos concursos, e pensar que com mil reais de salário os servidores não fazem nada, “mil reais não enche um carrinho de compras no supermercado” Garantiu que o executivo pode fazer uma valorização e manter os servidores públicos. Aparteou a líder de governo. Relembrou sobre a lei complementar n° 173 que não permite melhorar os salários, e em anos anteriores sempre foi possível fazer essas discussões. Retomou a palavra o vereador Adriano. Enfatizou que a lei n°173 está em vigor até dia 31/12/2021, então por que não segurar esse projeto até 2022? Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Voltolini. Afirmou que acompanhou o projeto de terceirização desde o início. Salientou que trabalhou no Estado de Santa Catarina, e lá teve uma terceirização na merenda escolar e teve uma melhora após a terceirização. Disse que sabe a importância dos serviços gerais, e tem a consciência da necessidade de ter essas pessoas na escola. Disse que o Sindicato e o executivo devem achar uma forma de valorizar os servidores. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt. Expôs que a diretoria do sindicato é nova, e acredita que vai trabalhar para melhorar a questão dos salários. Com a palavra o vereador Luiz Neri Pereira. Expôs que teve uma reunião com todos os diretores das 50 escolas do município, e infelizmente os relatos são gravíssimos pela falta de funcionários. Foi relatado que as famílias muitas vezes têm que ajudar limpar as escolas, pois não tem funcionários. Disse que as servidoras limpam e depois vão para a cozinha, afirmou que esse problema é grave. Falou em relação o projeto do período integral que será proposto em 2022, “Vamos parar esse projeto por não ter funcionários para realizar os serviços gerais”? Garantiu que as escolas mais centralizadas serão para os servidores de carreira e mais retiradas vai os terceirizados. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt. Salientou que foi contratado 36 funcionários terceirizados, e o vereador Luiz Neri vem dizer que os alunos vão sujos para casa? Retomou a palavra o vereador Luiz Neri. Ponderou que essas 36 pessoas foram relocadas para apenas nove escolas. "É importante o senhor se informar e lembrar dos fatos que passaram aqui por essa casa". Relembrou que os vereadores tiveram uma reunião com as diretoras das escolas, que pena que o senhor vereador Adriano não estava presente no dia para ouvir. Por questão de ordem conforme artigo 158 e 159 do Regimento Interno, pediu a prorrogação da sessão visto que ainda tenha assuntos importantes para serem tratados. Todos os vereadores foram favoráveis a prorrogação da sessão. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Fez algumas colocações para os vereadores Paulo, Adriano e Zuleica, sobre a procuradoria da mulher. Disse que igualdade formal, igualdade material e igualdade dos servidores, são coisas diferentes. Aparteou o vereador Paulo Zwiefka. Afirmou que usou a Procuradoria da Mulher, pelas falas na tribuna, disse que as falas foram muito bonitas e muito ensaiadas. Retomou a palavra a vereadora Carla, disse ser uma discussão complicada. Afirmou que o Sindicato sempre teve espaço de fala nessa casa de leis. Acredita que os servidores sempre vem para dar o seu melhor mesmo tendo um salário baixo. Enfatizou que já se passaram diversas legislaturas e ninguém fez uma valorização aos servidores da referida classe, e agora esses vereadores têm que resolver tudo em um ano. Afirmou ser muito fácil apontar o dedo e falar que os vereadores têm que dar um jeito. Relembrou que o município realizou seis processos seletivos e uma pessoa aceitou o trabalho. Garantiu aos servidores de carreira que eles não serão afetados em nada com a aprovação do referido projeto. Se solidarizou com o salário dos

servidores de carreira, e afirmou que valorizar um servidor significa pagar melhor. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt. Deixou o seu questionamento, por que não poderia segurar esse projeto para 2022, já que está se encerrando o ano legislativo? Aparteou o vereador Darlan André Guliani. Fez uma colocação ao vereador Adriano, expôs que foi contratado 36 funcionários terceirizados, e o deficit está nas demais escolas, e não está onde esses funcionários estão trabalhando. Citou que os faltantes hoje somam mais de 10%. Em relação a igualdade, deixou o seu questionamento, está havendo igualdade nas escolas? Diretoras que fazem seus deveres e no seu horário de almoço fazem a limpeza das salas, igualdade entre crianças, que retornam para sua casa com a roupa suja por que engatinhou no chão sujo. Relembrou que a cidade de Mafra terceirizou os serviços e não tem reclamações nenhuma. Enfatizou que esse problema deve ser resolvido. Com a palavra o vereador Angelo Ronei Peschiski. Relatou que deve ser resolvido um problema por vez. Disse que o projeto é para suprir a necessidade das escolas, afirmou que conhece de perto a situação atual que as escolas vêm passando. Salientou que não está sendo votado aumento de salário dos servidores, porém deixou o seu questionamento, por que em 15 anos ninguém fez nada? Ninguém lutou por essa classe? Reiterou que convive com uma servidora pública e conhece de perto as necessidades, frisou que essa é uma classe que luta e trabalha. Salientou que os vereadores estão organizando o município, pois estava bagunçado. Relatou que está na Câmara de Vereadores o dia todo e quando os servidores precisarem podem o procurar. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt. Afirmou que o projeto não é apenas para servidores da educação, o projeto vai afetar todas as secretarias. Aparteou o vereador Paulo Zwiefka. Disse que o vereador Angelo está defendendo a situação, falou que a casa não está bagunçada, “O governo anterior fez tudo o que podia fazer, vocês estão dando continuidade no que se fez gestão passada” Retomou a palavra o vereador Angelo Ronei Peschiski. Afirmou que os vereadores estão tendo que resolver problemas que já deveriam ter sido resolvido nos anos anteriores, exemplificou com o aumento do salário dos servidores públicos, o subsídio repassado para a empresa Coletivos Rainha, e diversas outras coisas. Não havendo mais manifestação a senhora presidente colocou em votação o projeto n° 129 de 2021. Votaram pela aprovação os vereadores, Luiz Lindacir Pesenti, Darlan André Guliani, Luiz Neri Pereira, Angelo Ronei Peschiski, as vereadoras Terezinha Maria Dybas e Carla Odete Hofmann. Votaram pela rejeição os vereadores, Hélio Alves, Adriano Reinhardt, Paulo Zwiefka e a vereadora Zuleica Maria Voltolini. Sendo assim o projeto n° 129 de 2021, foi aprovado. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 130 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base na anulação total de dotação orçamentária, no valor de R$ 4.819.020,86 (quatro milhões, oitocentos e dezenove mil, vinte reais e oitenta e seis centavos), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o projeto trata-se de autorização de abertura de crédito adicional na pasta da Secretaria de Saúde, no valor de quatro milhões, oitocentos e dezenove mil, vinte reais e oitenta e seis centavos, e tem por objetivo de pagamento de serviços de terceiros, e também com a folha de pagamento dos Servidores. Para finalizar a sua fala pediu a todos pela aprovação do referido projeto. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido

projeto, e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 131 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em incremento de dotação orçamentária, no valor de R$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o projeto trata-se de autorização de abertura de crédito adicional na pasta da Secretaria Municipal de Administração, no valor de seis mil reais e na pasta Planejamento e Urbanismo, no valor de duzentos e vinte e oito mil reais. Relembrou que esses valores ao final de cada gestão acaba sendo necessários essas adequações. Para finalizar pediu a todos pela aprovação do referido projeto. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido projeto, e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 128 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover pagamento referente a danos causados pelo Município. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o referido projeto trata-se de autorização de promover pagamento referente a danos causados pelo Município. Citou que são dezoito processos administrativos desde o ano de 2016 até 2021. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 133 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 1.125.000,00 (um milhão, cento e vinte e cinco mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o referido projeto trata-se de abertura de crédito adicional especial, no valor de um milhão, cento e vinte e cinco mil reais, para a pasta Secretaria de Educação. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 134 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o referido projeto trata-se de abertura de crédito adicional especial, no valor de noventa mil reais, para a pasta Desenvolvimento Econômico e Turismo e tem por finalidade a reforma da Casa do Empreendedor. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 136 de 2021 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza repasse financeiro e celebração de Convênio entre o Município de São Bento do Sul, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a Sociedade Padre Eduardo Michelis/Hospital e Maternidade Sagrada Família. Com a palavra a líder de governo. Ponderou que o referido projeto trata-se de autorização de repasse financeiro ao Hospital e Maternidade Sagrada Família, no valor de R$ 1.311.420,00, e tem finalidade da ajudar na manutenção da UTI. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora

presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 037 de 2021 – Autores: Zuleica Maria Sousa Voltolini e Adriano Reinhardt – Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais – ADV SBS de São Bento do Sul. Não havendo manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. Não havendo mais nada a ser tratado, a senhora Presidente Carla Odete Hofmann agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará, no dia 09 de dezembro de 2021, e encerrou está mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 29 de novembro de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

LUIZ NERI PEREIRA
Primeiro Secretário

ANGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI